

Citicorp confirma perdas no Brasil

O Citicorp perdeu US\$ 53 milhões com seu empréstimo de US\$ 3,8 bilhões ao Brasil, passados ontem para uma categoria em que deixam de render juros, o *status* de *non-accrual*. O Citicorp anunciou seu balancete do primeiro trimestre e a sua medida contábil com o empréstimo brasileiro num único comunicado, divulgado a partir do meio-dia de ontem, em Nova York.

Não fosse o Brasil, o Citicorp, pai do Citibank, teria um lucro de US\$ 317 milhões neste primeiro trimestre — um crescimento de 17% em relação ao mesmo período do ano passado. Sua ação estaria cotada a US\$ 2,09 e não a US\$ 1,72 — a cotação de ontem.

O Citicorp foi o primeiro dos bancos norte-americanos a anunciar que se veria obrigado a reclassificar seu empréstimo ao Brasil para a *non-accrual basic*, em 13 de março passado, mas se tornou o último dos grandes a fazê-lo. Ao contrário de todos os outros bancos, que anunciaram a reclassificação da dívida brasileira num dia e prestaram contas em outro, decidiu fazer tudo de uma vez só, e de uma forma delicada. Este cuidado especial refletiria uma política de evitar o confronto com o Brasil, que a nada conduziria.

Se os US\$ 3,8 bilhões forem mantidos na *non-accrual basis* até o final do ano, o Citicorp poderá perder cerca de US\$ 190 milhões. A provisão do banco para possíveis perdas com seus empréstimos em geral subiu para US\$ 1,8 bilhão, contra US\$ 1,4 bilhão do ano passado.

O Citicorp foi o último dos grandes bancos, restando ainda os pequenos credores do Brasil, que são quase 700. E cada um deve repetir os anúncios que se tornaram diários sobre as perdas em seus balancetes por causa de seus empréstimos ao País.

Esta rotina criou o que o colunista Rudolph A. Pyatt Jr., do *Washington Post*, chamou ontem de "paranóia da dívida latino-americana" que afeta os bancos regionais dos Estados Unidos. E é ele quem sugere a solução possível para o problema, segundo

Conselho do deputado americano RETALIACÃO

Em artigo para o *Washington Post*, Richard A. Gephardt defende o comércio dos EUA.

A política norte-americana de comércio externo atingiu um ponto decisivo extremamente importante. Por bons motivos, o povo norte-americano está rejeitando as nossas atuais políticas e exigindo uma mudança. O Congresso está em vias de responder a isto. Desde 1973-74, ele não enfrenta uma necessidade tão ampla de revisar os nossos objetivos e soluções comerciais nacionais. A legislação deste ano irá estabelecer o arcabouço básico para a política comercial norte-americana até o final do século.

O Congresso pretende apoiar duras negociações internacionais e corrigir nossas políticas econômicas no âmbito doméstico. Nos dois setores estamos frustrados há anos por uma administração aparentemente desinteressada e excessivamente atrasada em relação à realidade.

Há alguns anos, nossos responsáveis comerciais se basearam quase que exclusivamente em negociações multilaterais para alcançar os nossos objetivos comerciais.

Esta abordagem fazia sentido há quatro décadas, quando governávamos a maior parte da economia mundial, e os nossos principais concorrentes comerciais eram apenas os demais países há muito tempo industrializados. As principais barreiras comerciais eram as tarifas, e nós fundamos o Gatt para negociar reduções mútuas de tarifas. O Gatt obteve êxito muito além das expectativas em reduzir as tarifas para os bens manufaturados entre estes países.

Mas os problemas comerciais dos anos 40 e 50 não são os mesmos problemas comerciais de hoje e de amanhã. As regras do Gatt se aplicam a apenas uma pequena fração dos atritos comerciais. As barreiras não-tarifárias, para as quais os procedimentos

do Gatt, no melhor dos casos, são inadequados, predominam atualmente.

Além disso, muitos dos nossos atuais principais concorrentes comerciais não participaram das reduções mútuas de tarifas das rodadas anteriores do Gatt. Em média, as tarifas coreanas equivalem a três vezes o nosso nível, e as tarifas brasileiras equivalem ao dobro das coreanas. E poucos dos nossos concorrentes recentemente industrializados — inclusive o Japão — abandonaram sua atitude mercantilista em relação ao comércio externo e aceitam os princípios de um sistema internacional livre e aberto para o comércio mundial. Estes países prosperaram por trás de barreiras comerciais formais e informais, enquanto assistiam ao naufrágio da economia norte-americana.

Com frequência excessiva, nós aplicamos ingenuamente as fórmulas tradicionais do Gatt às barreiras não-tarifárias dos nossos atuais concorrentes.

O caso recente do acordo dos semicondutores japoneses sublinha a falência total dessa estratégia. O governo elogiou o acordo como a ação mais significativa comercialmente realizada pelos estados Unidos, nos termos das nossas leis para eliminar práticas desleais estrangeiras, e prometeu quatro bilhões de dólares em novas vendas no decorrer dos próximos cinco anos. Mas antes mesmo da tinta usada para se escrever o acordo tivesse secado, os japoneses redobram os seus esforços para expulsar os bens manufaturados norte-americanos do Japão e de mercados do Terceiro-Mundo. Estas ações custam empregos nos Estados Unidos, ameaçam, a nossa auto-suficiência no importante campo dos semicondutores e

acabam pervertendo todo o sistema comercial mundial.

O protecionismo no Exterior requer uma reação firme mas comedida. Durante anos, o governo preferiu olhar para o outro lado quando os nossos parceiros comerciais não cumpriam as suas obrigações no sentido de impor um comércio livre. E estes países se acostumaram ao seu acesso unilateral ao nosso mercado. Como no atual caso dos semicondutores, o governo tentou substituir uma insistência consistente e forte de tratamento leal para os exportadores norte-americanos por uma mera política de "remendar" as coisas.

Eu fiz o esboço de uma proposta para se atingir os países protecionistas estrangeiros que se utilizam de práticas comerciais desleais e discriminatórias com a finalidade de conseguir grandes superávits em relação a nós. Para estes países, a minha proposta prevê que o governo negocia a eliminação de tais práticas. Se estas negociações não foram bem sucedidas, o presidente deverá agir contra os países numa base de dólar-por-dólar para compensar a perda de oportunidades de exportações norte-americanas causadas por estas práticas. Para garantir que estes países estão levando suas obrigações a sério, a proposta estabelecerá uma série progressiva de metas modestas e atingíveis de redução de superávit.

Esta ênfase nos resultados é de importância vital. Nós jamais aceitaríamos um acordo de controle de armas com os soviéticos sem rígidos procedimentos de verificação. E simplesmente não podemos aceitar menos quando a nossa própria segurança econômica está em jogo.

A "operação Patrícia"

O presidente do Instituto Brasileiro do Café, diplomata Jório Dauster, retornará amanhã ao Brasil com planos já definidos sobre a melhor forma de liquidar — ou resolver — a controversa "Operação Patrícia", uma compra malsucedida de 630 mil sacas de café que o governo fez no Exterior, ano passado, e que teria dado ao País prejuízos de dezenas de milhões de dólares.

Jório, que na ocasião chefiava o escritório do IBC em Londres e, desde o início, foi contra a operação, não quis adiantar os detalhes do plano, dizendo que antes precisa discuti-lo com as autoridades governamentais. Mas adiantou que, com base nos contatos que manteve na capital britânica e numa análise retroativa do comportamento do mercado durante operações semelhantes, será possível dispor de todo o café adquirido numa série de leilões. A operação seria realizada num período de seis a oito meses, mas a data do início da venda ainda não foi fixada, e nem o local definido oficialmente.

"Nossa intenção — disse — é não só fazer tudo da maneira mais clara, mais cristalina possível, para não criar qualquer tipo de dúvida sobre a operação, mas também tomar todo o cuidado para que o Brasil possa reduzir ao máximo os prejuízos que já sofreu."

Com o dinheiro arrecadado nos leilões — de cafés robusta e arábica —, o IBC poderá ressarcir quase duas dezenas de companhias internacionais que empregaram juntas cerca de US\$ 150 milhões na operação, idealizada pelo governo brasileiro como meio de combater supostas ações especulativas destinadas a depreciar o preço do café. O interesse da imprensa internacional especializada na conclusão da operação Patrícia é muito grande. Ontem, o presidente do IBC passou quase toda a tarde recebendo repórteres de jornais, revistas e agências de notícias, todos querendo saber o destino que o Brasil pretende dar ao café hoje estocado, em sua maior parte, no porto de Trieste.

José Carlos Santana, de Londres